

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Acionistas e Administradores da
CCI Construcciones do Brasil S.A.
Taboão da Serra - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CCI Construcciones do Brasil S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CCI Construcciones do Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava o passivo a descoberto de R\$ 2.820 mil (R\$ 2.820 mil em 2024). Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 01, essa condição indica a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

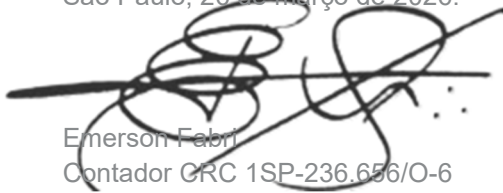
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026.



Emerson Fabri
Contador CRC 1SP-236.656/O-6

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-030.001/O-0



RSM

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo circulante		
Outros créditos	1	-
Total do ativo circulante	<u>1</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u><u>1</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	2.821	2.820
Total do passivo não circulante	<u>2.821</u>	<u>2.820</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social	100	100
Prejuízos acumulados	(2.920)	(2.920)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>(2.820)</u>	<u>(2.820)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u><u>1</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios encerrados em
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais - R\$ exceto prejuízo por ação)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Quantidade de ações	100.000	100.000
Resultado por ação - em reais	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios encerrados em em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>100</u>	<u>(2.920)</u>	<u>(2.820)</u>
Resultado do exercício	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>100</u>	<u>(2.920)</u>	<u>(2.820)</u>
Resultado do exercício	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	<u>100</u>	<u>(2.920)</u>	<u>(2.820)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CCI Construcciones do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios encerrados em em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 - método indireto

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Outros créditos	(1)	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Captação de mútuos	1	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>1</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente mencionado em contrário)

1. Contexto operacional e continuidade operacional

A CCI Construcciones do Brasil S.A. (“Companhia”) é uma subsidiária da CCI Construcciones S.A. com sede na Cidade de Buenos Aires, república Argentina e foi constituída por intermédio da Portaria nº 10 de 28 de agosto de 2007 da Secretaria de Comércio e Serviços e tem como objeto social:

- (a) A construção de obras de engenharia;
- (b) Participação em consórcios;
- (c) Prestação de serviços de assessoria, consultoria e elaboração de projetos do ramo de construção civil.

A Administração entende que a continuidade operacional da Companhia está condicionada, principalmente, ao desfecho favorável dessa ação judicial, bem como à eventual captação de recursos ou reestruturação de suas obrigações.

A Companhia se baseia pela ação indenizatória registrada na 13ª Vara Cível da Fazenda Pública de São Paulo pela sua investida SCP Sabesp São Paulo e Consórcio Saneamento 2004 por meio da qual a autora pede o ressarcimento dos prejuízos ocorridos, com o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) cujo objeto era a execução de obras complementares do Projeto Tietê, 2ª Etapa, Lote 02.

A Companhia encontra-se sem atividades operacionais desde exercícios anteriores e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não auferiu receitas operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta passivo a descoberto e depende do êxito de medidas estratégicas e da realização de ativos, notadamente relacionados à ação judicial mencionada, para honrar seus compromissos.

Dessa forma, tais circunstâncias indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente
mencionado em contrário)

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 26 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros, quando existentes, não derivativos mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com suporte no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente (AVP), análise do risco de crédito para determinação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e análise dos demais riscos para determinação de outras provisões inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente mencionado em contrário)

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem bancos conta movimento e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

3.3. Partes relacionadas

Relativa exclusivamente as operações de conta corrente de aporte com consórcio e Companhia sob mesmo domínio econômico.

Os recursos foram aplicados na manutenção de capital de giro e sem previsão de recebimento no curto prazo.

3.4. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e tampouco divulgados;
- (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.5. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente
mencionado em contrário)

São acrescidos quando aplicável os correspondentes encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.6. Avaliação do valor de mercado recuperável de ativos - teste de impairment

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo estas evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável é constituída uma provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e são reconhecidas no resultado.

3.8. Instrumentos financeiros

• **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo Valor Justo por meio do Resultado - VJR) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente
mencionado em contrário)

A eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros registrados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

Um ativo financeiro é classificado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) caso seja classificado como mantido para negociação ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de numerários mantidos em bancos.

- **Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são medidos pelo Custo Amortizado (CA) por meio do método dos juros efetivos.

4. Conta corrente com terceiros

	2025	2024
Reale Construções Ltda.	2.821	2.654
SCP CCI GEL Construcciones	-	166
	2.821	2.820

Os valores referem-se a empréstimos em que parte da dívida será amortizada com recebíveis da investida SCP CCI Gel e outros recebíveis decorrentes da ação de cobranças de recomposição de custos de obras realizadas no projeto da Sabesp no qual a Administração da Companhia mantém cobrança por meio de seu corpo jurídico.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente mencionado em contrário)

Tais recebíveis estão registrados com base nos documentos que estão assinados pelas partes e em posse da Companhia a seguir relacionados: termo de confissão de dívida de 31/12/2008, primeiro termo aditivo de confissão de dívida de 29/06/2014 e termo de cessão e transferência de direitos e obrigações contratuais de 31/12/2014.

Os valores contábeis estão apresentados sem correções monetárias e refletem os valores efetivamente incorridos nas datas das operações.

4.1 Ativo contingente

A Companhia é parte em ação judicial de natureza indenizatória relacionada ao desequilíbrio econômico-financeiro de contrato firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, cujo objeto refere-se à execução de obras do Projeto Tietê – 2ª Etapa. O montante pleiteado na referida ação é de aproximadamente R\$ 80.681 mil.

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Administração classifica o êxito dessa ação como possível, motivo pelo qual não há reconhecimento de ativo nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A eventual realização desse ativo depende de decisão judicial favorável, não sendo possível, nesta data, estimar com segurança o prazo ou o desfecho da referida ação.

5. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal de seus negócios. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2025, não existem processos com probabilidade de perda classificada como provável que requeiram o reconhecimento de provisão. Adicionalmente, a Administração não identificou processos com risco de perda classificado como possível que demandem divulgação adicional.

6. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$ 100 dividido em 100.000 ações.

7. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a Companhia não possuía qualquer contrato relacionado a instrumentos financeiros derivativos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
(Valores expressos em milhares de Reais (R\$), exceto quando expressamente
mencionado em contrário)

8. Reforma tributária

Em 2023, foi promulgada no Brasil a reforma do sistema tributário sobre o consumo, por meio da Emenda Constitucional nº 132, a qual introduz mudanças relevantes na sistemática de tributação, incluindo a criação de novos tributos sobre bens e serviços, com previsão de implementação gradual a partir de 2026.

A Administração da Sociedade está em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes dessas alterações na legislação tributária sobre suas operações, posição financeira e resultados. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível estimar, os efeitos da referida reforma tributária, razão pela qual não foram reconhecidos impactos nas demonstrações financeiras.